

RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.200 - SP (2018/0145405-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : ALFA SEGURADORA S.A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S) -
SP273843
RECORRIDO : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : ALINE CRISTINA PANZA MAINIERI - SP153176
GABRIELA MARIA DE MORAES E OUTRO(S) - SP347509

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALFA SEGURADORA S.A., fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AÇÃO REGRESSIVA - Seguro - Ressarcimento por danos causados em equipamentos de segurado por oscilações de energia elétrica fornecida pela ré - Aplicação do prazo prescricional do art. 206, § 3º, V, do Código Civil (três anos) - Circunstâncias dos autos que apontam que a prescrição se configurou - Apelação não provida" (e-STJ fl. 321).

No especial, além de dissídio jurisprudencial, a recorrente alega violação dos artigos 27 do Código de Defesa do Consumidor e 132 e 786 do Código Civil.

Aduz que a seguradora se sub-roga nos direitos do segurado, razão por que deve ser assegurado o prazo prescricional da relação originária, fundada na legislação do consumidor.

Além disso, o termo inicial para o cômputo da prescrição é a data do pagamento e não do sinistro.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 405), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme de que, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, no caso falha na prestação do serviço de energia elétrica, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, buscar o

ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado.

Não se desconhece, outrossim, que a seguradora ao sub-rogar-se nos direitos e ações que competiriam ao segurado contra o autor do dano, faz jus à aplicação de todos os institutos do CDC, evidentemente, quando no caso da relação originária ser configurada como de consumo.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. EXTRAVIO DE BAGAGEM EM VOO NACIONAL. PRAZO DE PRESCRIÇÃO APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA ORIGINÁRIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Conforme reiteradas decisões desta Corte, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, nos limites desses direitos, ou seja, não se transfere à seguradora mais direitos do que aqueles que o segurado detinha no momento do pagamento da indenização. Assim, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.613.489/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017).

Na origem, a recorrente ingressou com ação regressiva objetivando o ressarcimento dos prejuízos experimentados com o pagamento da indenização prevista na apólice de seguro residencial.

Consta nos autos que o pagamento do seguro ao beneficiário decorreu dos danos provocados nos equipamentos deste pela falha na prestação do serviço de energia elétrica.

As instâncias ordinárias, contudo, de forma contrária à jurisprudência desta Corte Superior, concluíram pela ocorrência do prazo prescricional trienal por considerar que, mesmo sub-rogada, a responsabilidade da seguradora é regida pelo código civil.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos à origem para examinar o pedido autoral como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

